

Nos dias de hoje, nos conflitos familiares evidencia-se um fenômeno que não é novo, mas que vem tomando proporções preocupantes: "a síndrome de alienação parental". Por conta disso foi proposto projeto de lei, objetivando alterar o artigo 1638 do Código Civil, incluindo entre as causas de perda do poder familiar a implantação de falsas memórias.

Tal situação se dá quando na separação dos genitores ocorre entre eles uma disputa pela guarda dos filhos, algo impensável até algum tempo atrás, pois a função materna levava a que os filhos ficassem sob a guarda da mãe. Ao pai restava somente o direito de visitas em dias predeterminados, normalmente em fins-de-semana alternados.

Agora, porém, se está vivendo outra era. Mudou o conceito de família. Hoje se valora o que se chama filiação afetiva. Por conta disso, o Direito de Família passou-se a emprestar maior atenção às questões de ordem psíquica, permitindo o reconhecimento da presença de dano afetivo pela ausência de convívio paterno-filial.

Assim, via de regra a ruptura da vida conjugal gera na mãe sentimento de abandono, de rejeição, de traição, surgindo uma tendência vingativa. Com isso desencadeia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-cônjuge. Ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer vingar-se, afastando este do genitor, ou seja, programar uma criança para que odeie o genitor sem qualquer justificativa.

A este processo, em 1985 o psiquiatra americano Richard Gardner deu o nome de síndrome da alienação parental ou implantação de falsas memórias, uma vez que a imagem e, conseqüentemente, a presença do pai vai se tornando cada vez mais distante, até ficar a criança órfã de genitor vivo. A situação chega a um ponto que o filho passa a rejeitar o pai, retirando-o de sua vida. Com a dificuldade de relacionamento, as visitas tornam-se raras, ocorrendo até a perda total do contato. A situação chega a um ponto que o filho apaga a figura do pai, retirando-o de sua vida.

Resta claro que esse comportamento é puramente psicológico, mas deve ser combatido uma vez que penaliza tanto a criança quanto o genitor que não detém a guarda do filho. Ambos saem perdendo, mas quem mais perde é o menor, que passa por grandes distúrbios psicológicos durante toda a vida.

Flagrada a presença da síndrome da alienação parental, é indispensável a responsabilização do genitor que age desta forma. É necessário que sinta que há o risco, por exemplo, de perda da guarda.

Isto posto, acredito que um dos modos de deter tal comportamento, seria a previsão legal de que tal comportamento levasse à perda do poder familiar. Desse modo, o cônjuge que, consciente ou inconscientemente, enveredasse por esse caminho logo saberia das consequências dos seus atos e teria de refreá-los, sob pena de perder seu próprio filho.